

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
Curso de Pós-Graduação / Mestrado
Estruturas Ambientais Urbanas

Trabalho Programado 04
OS POLOS DE DESENVOLVIMENTO E O PLANEJAMENTO REGIONAL

Prof. Orientador: GILDA COLLET BRUNA
Aluna: HELIANA COMIN VARGAS

Agosto de 1982

S U M Á R I O

| | Página |
|-----------------------------|--------|
| 1. Introdução | 01 |
| 2. A Experiência Brasileira | 06 |
| 3. Conclusão | 25 |
| 4. Bibliografia | 27 |

1. INTRODUÇÃO

A teoria de Polarização de François Perroux, lançada em 1955 (1) propiciou o aparecimento de uma série de políticas que tinham como objetivo principal, o desenvolvimento econômico. Tendo as disparidades regionais existentes dentro de um mesmo país (subdesenvolvido ou desenvolvido), sido identificadas como um dos obstáculos ao tão almejado desenvolvimento econômico, esta teoria apareceu como a mais indicada para a solução destes desequilíbrios.

Assim, assumindo as mais diversas formas, a teoria de Perroux foi sendo apreciada pelos cientistas interessados no assunto e paulatinamente incorporada pelas políticas de desenvolvimento econômico de vários países.

Segundo Moseley, as políticas de polarização referem-se aos esforços para se iniciar um processo de concentração espacial intraregional da atividade econômica, de forma mais acentuada do que ocorreria se esta concentração fosse abandonada às forças espontâneas. Esta política de descentralização das atividades econômicas em direção a determinados pontos do território, foi amplamente utilizada, variando tanto a terminologia como alguns conceitos e formas de atuação (2).

Alguns países como a Escócia, por exemplo, devido a uma baixa taxa de crescimento de sua economia, a problemas de desemprego, emigração e outros, necessitaram eliminar os fatores que emperravam seu crescimento, bem como fomentar aqueles que o estimulariam.

Desta forma, a utilização da teoria de polarização for-

(1) François Perroux. L'Économie du XX ème Siècle. Paris, Presses Universitaires de France, 1964.

(2) Malcolm J. Moseley. Centros de Crecimiento en La Planificacion Espacial. Madrid, Instituto de Estudios de Administracion Local, 1977.

neceu subsídios para políticas de implantação de "cidades novas" que agiriam como "centros de crescimento" (3). Para estes centros urbanos planejados, seriam dirigidos os investimentos públicos e criado um sistema de incentivos para atrair a instalação de empresas, com a finalidade de gerar economias externas. Estas deveriam funcionar como elemento básico para iniciar o desenvolvimento deste centro urbano.

Além da implantação das cidades novas, foram escolhidas outras áreas para instalação de complexos industriais (petroquímico e siderúrgico), que se aproximavam mais do conceito de "polos de desenvolvimento" de Perroux (criação de uma atividade econômica motriz, principalmente a industrial) (4).

Ainda segundo Moseley, mesmo não tendo sido publicada, até o momento, uma análise sobre o êxito destas áreas como programas de crescimento, acredita-se que o sucesso foi extraordinário, ao menos no que se refere à atração de indústrias e à obtenção de um crescimento rápido, como fora previsto. Acrescenta ainda, que estas cidades, atualmente, agem como centros geradores de crescimento e não mais como centros receptores de benefícios (investimentos públicos, subsídios etc.).

Outra forma de utilização da teoria da polarização, adotada pela Escócia, foi a criação de cidades regionais em regiões onde a população e a atividade industrial apresentavam-se altamente dispersas. Estas cidades deveriam absorver grande parte dos investimentos em infraestrutura, serviços etc.

Observa-se assim uma variação na forma de se utilizar a teoria da polarização através da criação das Cidades Novas, das Cidades Regionais e dos Complexos Industriais.

(3) Existe uma diferenciação entre "Polos" que se referem a atividade industrial e "Centros" os quais relacionam-se com o fator localização. Para melhor compreensão destas diferenças ver: Darwent, D.F. Growth Poles and Growth Centers in Regional Planning - a review. Environment and Planning. Institute of Urban & Regional Development, University of California, Berkeley. Vol. 1. p. 5-32.

(4) Com relação ao conceito de "Polos de Desenvolvimento" ver: François Perroux. "Considerações em torno da noção de Polos de Desenvolvimento". In: F. Perroux, op. cit.

No caso da Irlanda, foram absorvidos os conceitos de Cidades Novas e Cidades Regionais como na Escócia. Porém, outros Centros foram criados em locais estratégicos para deter a emigração em direção a Belfast.

Um dos problemas enfrentados no caso da Irlanda, foi a dificuldade de compatibilização entre os interesses regionais (preocupados em evitar a migração, a deterioração dos serviços e a destruição do caráter rural da vida Irlandesa), e os interesses nacionais (que visavam principalmente o aumento das taxas de crescimento e da renda per capita).

A alternativa adotada na tentativa de coordenação entre as necessidades regionais e nacionais, resultou numa política de implantação de centros hierarquizados. Os centros de nível mais baixo, visavam atender os objetivos locais da população rural, os de maior nível dirigiam-se a obtenção dos objetivos nacionais.

De qualquer forma não se pode afirmar que o resultado conseguido tenha sido satisfatório. Moseley (5) acredita que este modelo parece ter conseguido mais o equilíbrio regional do que a promoção do desenvolvimento econômico e a contenção de emigração.

Na França dentro de um processo evolutivo, passa-se da adoção de medidas com vistas a diminuir o desemprego e reanimar as áreas em decadência, para a noção de distribuição espacial, dando mais atenção às áreas com potencial para o desenvolvimento.

Assim, colocou-se mais ênfase no papel de cada região quanto aos objetivos nacionais, do que ao alívio do congestionamento de Paris e do desenvolvimento de áreas necessitadas.

(5) Malcolm Moseley. op. cit.

A partir de 1960, a prática regional francesa altera novamente suas prioridades, passando a dar mais importância ao desenvolvimento do setor terciário nos centros urbanos do que ao setor secundário nos complexos industriais. Este fato deveu-se ao grande poder de absorção de mão de obra do terciário e da crescente capacidade das políticas de localização industrial, para eliminar as disparidades regionais.

Algumas correntes de pensamento acreditavam que as vantagens das economias de escala e aglomeração não poderiam ser encontradas em áreas subdesenvolvidas e que os cidadãos franceses tinham o direito de desfrutar em conjunto, os serviços sociais, administrativos e culturais, que somente existiam em Paris. Assim optaram pela criação de "metrópoles de equilíbrio" que deveriam reproduzir as economias externas e as funções metropolitanas de Paris.

Selecionaram-se oito metrópoles de equilíbrio para incrementar suas possibilidades de êxito. Para elas deveriam convergir os maiores investimentos em educação superior, em atividades culturais, hospitalares e administrativas. Deveriam ser descentralizadas em direção a elas, organizações públicas ou para-estatais que não exigiam localizações em Paris. Empreendimentos do setor privado que nelas se instalassem e gerassem um determinado número de empregos seriam, em parte, subsidiados.

Uma série de fatores como falta de evidência empírica de que as metrópoles de equilíbrio estimulariam o desenvolvimento das áreas num raio de 100 milhas ou mais; falta de uma política seletiva na distribuição dos recursos; carência de ações com relação a organização racional do espaço ao redor das metrópoles, dentre outros, sugerem o pouco entusiasmo com relação a esta política.

Os desenvolvimentos mais recentes mostram uma tendência crescente da política de descentralização do setor terciário a partir de Paris, mas mostra também, uma clara redução na prioridade concedida às metrópoles com relação aos investimentos

públicos e aos incentivos e subsídios concedidos às empresas privadas. Estes incentivos dirigem-se a todos os projetos que auxiliam no processo de descentralização das atividades econômicas e segundo Moseley (6), esta política tem obtido êxito na aceleração deste processo. Parece, no entanto, haver uma preferência de deslocamento destas atividades para as cidades com mais de 100.000 habitantes.

De qualquer forma, é ainda bastante prematuro elaborar alguma conclusão a respeito das políticas de polarização adotadas na França ou mesmo nos demais países. Os resultados da aplicação desta política nem sempre podem ser auferidos, dado o pequeno intervalo de tempo de utilização, continuidade e controle destes tipos de programas.

No caso do Brasil, que será objeto de análise do presente estudo, a teoria da polarização aparece como elemento básico do Planejamento Regional. Isto pode ser observado pela análise da evolução do Planejamento Econômico Nacional e dos trabalhos então realizados, onde a utilização desta teoria aparece como instrumento importante das políticas de Desenvolvimento Regional do país.

(6) Idem, *Ibidem*.

2. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

A preocupação com a dimensão espacial do desenvolvimento no Brasil foi configurada, pode-se dizer, a partir de meados da década de 40, levando à adoção de medidas que objetivaram um desenvolvimento regional planejado. Até então, o caráter regional aparecia apenas isoladamente, como no tratamento do Nordeste brasileiro com relação às secas.

Como ilustração, observa-se que a Constituição de 1946, destinava 3% da receita tributária federal para os problemas ocasionados pela seca nordestina, 3% para o desenvolvimento da Amazônia e 1% para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco. Ampliava-se assim, o campo e a natureza das preocupações do ponto de vista regional, anteriormente centralizados no Nordeste (7).

O interesse pelo caráter regional do planejamento, evoluiu a partir de 50 para um nível de estratégia de desenvolvimento regional mais compreensivo. Cria-se o BNB (Banco do Nordeste do Brasil) em 1952 e posteriormente a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento para o Nordeste) em 1959. O Plano de Valorização Econômica da Amazônia fora criado em 1951 e a superintendência responsável por sua administração em 1953 (8).

Porém, é a partir do final da década de 50 que a conscientização para os problemas regionais se acentua.

A grande concentração industrial no eixo Rio - São Paulo no Sudeste brasileiro, agravou os problemas das disparidades regionais, o que levou o poder público a dirigir sua atenção a melhor distribuição dos benefícios do desenvolvimento.

(7) Paulo Roberto Haddad et alii. Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

(8) Idem, *Ibidem*.

Pode-se caracterizar o final da década de 50 da seguinte forma (9):

a) Problemas de desenvolvimento dos recursos da Amazônia, que abrange cerca de 60% da área total do país, possuindo uma população dispersa e isolada, devido a precariedade do seu sistema de transporte e comunicação.

b) A discrepância entre a população do Nordeste (cerca de 30% do total do país) e sua renda bruta (16% da renda nacional).

c) A escassez de serviços públicos e os altos custos de serviços sociais e o desemprego nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Deve-se salientar que, apesar de a criação da SUDENE ter ocorrido durante a elaboração do Programa de Metas (1957 - 1961) (10), a intenção de eliminar os desequilíbrios regionais como parte dos objetivos da política econômica, só foi registrada a partir do Plano Trienal (1963 - 1965) (11).

Desta forma observa-se que a partir de 1955 e com mais intensidade após 1960, o Brasil inicia-se no campo de estudos da teoria da polarização com finalidades mais específicas. O pioneiro nestes trabalhos foi o discípulo de Perroux (12), J. R. Boudeville. Este, trabalhou por tres anos no Brasil, e realizou estudos sobre o desenvolvimento da indústria siderúrgica em Minas Gerais, e a possibilidade de transformação de Belo

-
- (9) P. R. Haddad. "Problemas and Policies of Regional Development in Brazil" apud P. R. Haddad. Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. op. cit.
- (10) Para maiores detalhes ver: Carlos Lessa. Quinze Anos de Política Econômica. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- (11) Brasil, Presidência da República. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965. Síntese, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1962.
- (12) Com relação a François Perroux ver: L'économie du XX ème Siècle. Paris, Presses Universitaires de France, 1961.

Horizonte, em um poderoso polo de desenvolvimento (13).

Segue-se a este trabalho, o do Geógrafo Michel Rochefort (1960-1961), que orientou pesquisas de campo de grande interesse para o país. Entre elas pode-se citar as realizadas por equipes do Conselho Nacional de Geografia, sobre a Geografia das Indústrias do Brasil Sudeste (14) e sobre a região polarizada para o Rio de Janeiro (15).

Outros estudos que incorporavam a noção de polarização foram realizados com relação ao abastecimento alimentar das grandes cidades brasileiras. Eram elaboradas análises sobre os fluxos de gêneros alimentícios entre os centros urbanos que os consumiam e as áreas de produção especializadas nestes produtos. Entre estes trabalhos pode-se citar o do geógrafo Kempton Webb, sobre Belo Horizonte (16) e Fortaleza (17), assim como os realizados posteriormente pelo BNB e SUDENE, sobre São Luís, Fortaleza, Campina Grande, Recife e Salvador (18), e pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais sobre Recife (19).

-
- (13) Cf. J. R. Boudeville. "Contribution à l'étude de Pôles de Croissance - Une industrie motrice - La sidérurgie du Minas Gerais", Cahiers de l'ISEA, Paris, 1957. Apud. Manuel Correia de Andrade. Espaço, Polarização e Desenvolvimento. Recife, Brasiliense, 1970.
- (14) Cf. "Estudos para a Geografia das Indústrias do Brasil Sudeste", Revista Brasileira de Geografia, ano XXV, nº 2, Rio de Janeiro, 1963. Apud. Manuel Correia de Andrade. op. cit.
- (15) Cf. O Rio de Janeiro e sua região, CNG-IBGE, Rio de Janeiro, 1964. Apud. Manuel Correia de Andrade. op. cit.
- (16) Geography of Food Supply in Central Minas Gerais. National Academy of Sciences, National Research Council, Publicação nº 642, Washington, DC, 1959. Apud. Manuel Correia de Andrade. op. cit.
- (17) Suprimentos de Gêneros Alimentícios Básicos para a Cidade de Fortaleza, ETENE-BNB, Fortaleza, 1957. Apud. Manuel Correia de Andrade. op. cit.
- (18) Suprimento de Gêneros Alimentícios da Cidade de Campina Grande, BNB-SUDENE, Fortaleza, 1962; Suprimento de Gêneros para a Cidade de Fortaleza, BNB-SUDENE, Fortaleza, 1962; Abastecimento de Gêneros Alimentícios da Cidade de São Luís, BNB-SUDENE, Fortaleza, 1965; e Suprimento de Gêneros Alimentícios à Cidade de Salvador, BNB-SUDENE, Fortaleza, 1965. Apud. Manuel Correia de Andrade. op. cit.
- (19) Antônio Carolina Gonçalves e outros - Problemas de Abastecimento Alimentar no Recife. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1962. Apud. Manuel Correia de Andrade. op. cit.

Boudeville (20) realizou em 1964 outro estudo sobre a polarização no Estado do Rio Grande do Sul, ressaltando o papel de Porto Alegre como polo principal e existência de polos menores.

Segundo Manuel Correia de Andrade (21), a partir desses estudos, a Teoria dos Polos de Desenvolvimento, entre os cientistas sociais brasileiros se tornou vitoriosa e passou a ser utilizada nos trabalhos de planificação, tanto nas empresas privadas como nas estatais.

A nível Federal, a problemática do desenvolvimento econômico brasileiro consubstanciada no Plano Trienal é analisada, inicialmente, em termos teóricos, numa tentativa de explicar o grau diferenciado de desenvolvimento entre as regiões de um mesmo país. Desta forma, considera que a origem dessas desigualdades teve como causa, a diversidade dos recursos naturais regionais e a diferença de integração entre determinadas áreas com os mercados externos.

Do ponto de vista prático, segundo R. H. Haddad, as medidas adotadas com vistas à industrialização do país, teriam repercutido em diferentes níveis, sobre o espaço econômico, acentuando as desigualdades inter-regionais. Contudo, procura mostrar que a intensificação do processo de industrialização no país, estimulada pelo Programa de Metas, não seria responsável pelo agravamento das disparidades regionais. Aponta como responsável por isto, a concentração dos investimentos em certas áreas que acarreta também a concentração dos dispêndios públicos, bem como a apropriação dos benefícios por ela gerados, em uma área restrita (22).

-
- (20) Cf. J. R. Boudeville. Croissance Polarisee du Rio Grande do Sul, Caravelle, nº 3, Toulouse, 1964. Apud. Manuel Correia de Andrade. op. cit.
- (21) Manuel Correia de Andrade. Espaço, Polarização e Desenvolvimento; A teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade Nordestina. Recife, Brasileira, 1970.
- (22) P. Roberto Haddad. op. cit.

A partir daí, o plano trienal adota como diretrizes, alguns princípios da teoria de polarização, ou seja, detectar as potencialidades de determinadas áreas e realizar investimentos dirigidos ao aperfeiçoamento da mão de obra para atração de empresas, zoneamento do país com intenção de estender a aplicação de incentivos fiscais à todo território nacional, entre outras.

Entretanto, com relação à política de transportes e comunicações, como fatores de integração nacional, existe uma omissão na formulação das diretrizes (23).

Quanto aos incentivos fiscais, estes apresentavam-se de forma bem definida. De qualquer modo, a ênfase era dada apenas para o Nordeste, cuja experiência em planejamento regional era mais desenvolvida.

Além disso, o desenvolvimento regional não aparecia como fator importante para o desenvolvimento nacional, o que baseava-se na expansão do Sudeste, tornando o enfoque contido no plano adequado apenas para aliviar as tensões sócio-políticas (24).

Durante o período de vigor do Plano Trienal, foram realizados alguns estudos muito interessantes, a nível estadual, salientando-se a necessidade de identificação de polos potenciais para a promoção do desenvolvimento.

Assim, a SAGMACS - Economia e Humanismo, realizou para o governo do Paraná, em 1963, alguns estudos que visavam o estabelecimento de um plano de desenvolvimento para o Estado. Estes estudos compreendiam também, a análise dos problemas de planejamento físico e a concentração política de polos de desenvol-

(23) P. Roberto Haddad. op. cit.

(24) Idem, Ibidem.

vimento face à realidade brasileira (25).

Deve-se ressaltar também os trabalhos da CIBPU (Comissão Interestadual da Bacia Paranã - Uruguai). Esta Comissão realizou em 1954, um levantamento geográfico bastante completo de sua área de ação. Posteriormente em 1964, partindo daquele levantamento, foram elaboradas várias monografias que visavam a identificação de polos existentes nos diversos Estados, merecedores de terem seus poderes de polarização intensificados.

Estas monografias contêm análises sobre os Aspectos Geográficos, Demográficos e de infra-estrutura, caracterizados por tópicos como Energia, Transportes, Educação, Saúde e Economia. Partindo daí, foi feita a seleção dos polos potenciais, levando em conta as suas relações com a infra-estrutura, com o mercado, com a existência de matérias-primas e o grau de amadurecimento industrial. Os Estados que compuseram os estudos então realizados foram: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paranã, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (26).

(25) Com relação a estes estudos ver: Luis Carlos Costa - Papel das Áreas Polarizadas em um Caso de Planejamento Regional. - Considerações sobre as Tarefas de Planejamento Físico (edições mimeografadas), SDR-CELUSA, São Paulo, 1966. - Notas para uma Conceituação sobre Polos de Desenvolvimento. Trabalho datilografado durante o I Simposio de Polos de Desenvolvimento, SUDENE, Recife, 1966.

(26) Com referência a estes estudos ver: Pezzoni, Hinton Liviero - Alguns Aspectos da Economia do Estado de Minas Gerais e Seleção dos Polos de Desenvolvimento, pag. 12. CIBPU, São Paulo, 1964.

Viacava, Carlos - Alguns Aspectos da Economia do Estado de Goiás e Seleção dos Polos de Desenvolvimento, pág. 160, CIBPU, São Paulo, 1964.

Mortada, Nelson - Alguns Aspectos da Economia do Estado de Mato Grosso e Seleção dos Polos de Desenvolvimento, pág. 132, CIBPU, São Paulo, 1964.

Yokota, Paulo - Alguns Aspectos da Economia do Estado do Paranã e Seleção dos Seus Polos de Desenvolvimento, págs. 189 e segs., CIBPU, São Paulo, 1964.

Czamy, Paul - Alguns Aspectos da Economia do Estado de Santa Catarina e Seleção dos Seus Polos de Desenvolvimento, pág. 137, CIBPU, São Paulo, 1964.

Ikeda Akihiro - Alguns Aspectos da Economia do Estado do Rio Grande do Sul e Seleção dos seus Polos de Desenvolvimento, págs. 169-170, CIBPU, São Paulo, 1964.

O Estado de São Paulo, que detém o Polo Nacional, uma dinâmica zona de desenvolvimento e uma série de eixos de desenvolvimento, mereceu uma atenção maior. Desta forma, foram realizados diversos estudos complementares procurando incorporar os vários setores econômicos e sociais (cooperativismo, ensino técnico, movimentos de população, indústria etc.) (27).

De posse de todo este levantamento foi possível para a CIBPU, selecionar os polos industriais existentes e formular uma política de intensificação das atividades daqueles que possuíam condições de desenvolvimento, bem como daqueles que precisavam ser beneficiados para atingir um mínimo de atividade desejável.

Do ponto de vista do Governo Federal, as alterações incluídas no PAEG (1964-1966) (28) (Plano de Ação Econômica do Governo), foram muito irrelevantes com relação as políticas de

-
- (27) Com referência a estes estudos ver:
- Pinho, Diva Benevides - Cooperativismo e Desenvolvimento das Zonas Rurais do Estado de São Paulo, CIBPU, São Paulo, 1964.
- Scagliusi, Modesto - O Ensino Técnico no Estado de São Paulo - CIBPU, São Paulo, 1964.
- Nogueira, Oracy - Desenvolvimento de São Paulo: Imigração Estrangeira e Nacional, CIBPU, São Paulo, 1964.
- Castro, Paulo de Carvalho e - Saúde e Saneamento no Estado de São Paulo, São Paulo, 1964.
- Lamparelli, Celso M. e Rivera, Luís L. - Análise da Situação Educacional - Ensino Fundamental e Médio no Estado de São Paulo, CIBPU, São Paulo, 1964.
- Freitas, Luís Mendonça de - Problemas Básicos da Agricultura Paulista, CIBPU, São Paulo, 1964.
- Nucci, Nelson Luís Rodrigues - Equipamentos Urbanos de Águas e Esgotos no Estado de São Paulo, CIBPU, São Paulo, 1964.
- Krause, Walter Paul - O Problema Industrial Paulista, CIBPU, São Paulo, 1964.
- Cintra, Jorge de Amaral - Os Meios Internacionais de Financiamento a Projetos de Desenvolvimento da Economia Paulista, CIBPU, São Paulo, 1964.
- (28) Brasil, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Programa de Ação do Governo, 1964-1966; (Síntese), Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Documentos EPEA nº 1, Rio de Janeiro, 1964.

desenvolvimento regional ditadas pelo Plano Trienal. Praticamente a orientação neste sentido, permaneceu a mesma. Pode-se dizer que a diferença de proposições consistiu apenas em que o Plano Trienal tentou promover a expansão do crescimento através da dispersão de esforços e o PAEG em promover o desenvolvimento concentrando os esforços em áreas-problema.

O PAEG, propôs a integração dos planos regionais com o plano nacional e a coordenação dos planos regionais entre si. Isto visava avaliar e dirigir os impactos das diferentes políticas econômicas regionais sobre o processo de desenvolvimento do país como um todo. Mesmo assim, pode-se dizer que o tratamento conferido a dimensão regional não foi adequado, devido a outros problemas que desviavam mais seriamente a atenção do governo. O planejamento regional e mesmo nacional apresentava-se então, naquela época de forma embrionária correspondendo a um tratamento secundário (29).

Um exemplo nesta época em que se utilizou da teoria dos polos de desenvolvimento para a organização do espaço e posterior execução de políticas regionais, refere-se a Regionalização do Estado de Minas Gerais. Pela aplicação de um modelo potencial (30), foram determinados um centro regional (Belo Horizonte), tres centros sub-regionais (Belo Horizonte, Governador Valadares e Montes Claros) e dez centros zonais em 1964 (31).

Esta determinação de polos através de estudos como este aparece como um primeiro passo para futura atuação sobre o planejamento regional, ou seja, a identificação de áreas potenciais são relevantes para posterior estímulo, ou criação de outros polos de modo a intensificar o desenvolvimento regional.

(29) Paulo Roberto Haddad. op. cit.

(30) O modelo potencial é uma variante do modelo gravitacional básico e é apresentado por Warter Isard. Methods of regional analysis; an introduction to regional science. Cambridge, MIT Press, 1969. (The regional science studies series).

(31) Carlos Maurício de Carvalho Ferreira. Um estudo de regionalização do Estado de Minas Gerais por meio de um modelo potencial. In Paulo Roberto Haddad, ed. Planejamento Regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974.

Em 1966, a SUDENE adere às tentativas de aplicação à realidade brasileira, da Teoria dos Polos de Desenvolvimento. Isto se estabeleceu quando da elaboração do seu III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1966-1968) (32). Esta decisão teve início na necessidade de descentralização de sua atuação e da conquista da simpatia e adesão das populações do interior aos seus programas de desenvolvimento. Assim, procurava-se identificar os polos de crescimento da região de cada um dos Estados nordestinos, que seriam objeto de grandes investimentos, aproveitando as vantagens locais, particularmente ligadas aos recursos naturais. O aproveitamento desses recursos deveriam originar uma dinamização de economia regional. Como exemplos que ilustram esta nova orientação pode-se citar os projetos integrados de estudo e aproveitamento de bacias fluviais, a criação de grandes complexos industriais a partir da disponibilidade de recursos naturais (petróleo, álcool, sol, potássio, óleos vegetais) (33).

Outro fator importante na época, foi a realização do I Seminário sobre Polos de Desenvolvimento realizado em Recife em setembro de 1966. Este seminário significou um marco inicial de grande valor científico e prático para a absorção da Teoria da Polarização no espaço brasileiro. Ou seja, aprofundou-se a análise dos conceitos enunciados pelos diversos cientistas estrangeiros, sua ampla compreensão e sua aplicação de acordo com as várias realidades nacionais e regionais.

O Ministério do Planejamento, em colaboração com EPEA-CNG, tem realizado intenso trabalho para a definição dos polos macro-regionais do país e dos polos que pertencem às suas áreas de influência. Existe uma preocupação em se identificar uma hierarquia dos polos, como também a natureza dos mesmos. Esta hierarquização dos polos visa integrar o planejamento local no planejamento nacional e também caracterizar as regiões homogêneas do Brasil.

(32) Manuel Correia de Andrade. op. cit.

(33) SUDENE. III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social (1966-1968). Recife, 1966.

Num país como o Brasil, de dimensões continentais, existe a necessidade de atuação em dois níveis regionais básicos: o dos sistemas (ou macroregiões do tipo Amazônia, Nordeste etc.) e o das regiões (ou microregiões do tipo das bacias fluviais, áreas metropolitanas etc.) (34).

Dentro deste sistema pode-se ainda determinar as regiões homogêneas e as polarizadas. Com relação as macroregiões, a Amazônia, o Nordeste, o Centro-Oeste, o Sudeste e o Extremo Sul, apresentam em determinados aspectos, certas características de homogeneidade.

Quanto ao fator de polarização, estudos preliminares e laborados pelo Conselho Nacional de Geografia, apontaram a existência de nove grandes polos no país: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém) (35).

Em nível microregional, pode-se também caracterizar as regiões homogêneas e polarizadas sobre outros aspectos (recursos e condições naturais, potencial demográfico etc.).

Dentro destas regiões homogêneas podem ser identificados alguns polos de desenvolvimento e definir ainda suas áreas de influência. Até mesmo as pequenas regiões homogêneas podem funcionar como polos difusos de desenvolvimento.

Num país como o Brasil, existem diversos tipos de região, segundo o grau de desenvolvimento das diversas áreas. Nos territórios menos desenvolvidos, a homogeneidade se apresenta de forma mais imperiosa em grandes extensões, decorrente da ênfase da vida regional em torno de produção. Já nos mais desenvolvidos o fenômeno de polarização é que influencia a organização regional; as regiões caracterizam-se pela variedade de espaços diferenciados internos, como consequência das funções específicas

(34) Estudos básicos para definição de polos de desenvolvimento no Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. Ano 29 (1): 82-101, jan/mar. 1967.

(35) Idem, *Ibidem*.

que lhes são atribuídas. Formam-se assim, pequenos espaços homogêneos que se expressam pelas formas de organização da produção no interior da região (36).

Os estudos de homogeneidade e de polarização se complementam, oferecendo uma visão integrada do espaço nacional, tendo em vista a maximização do seu desenvolvimento econômico.

Em 1967, o CPEU da FAUUSP realizou o "Plano de Regionalização do Estado de São Paulo" (37) para a Secretaria do Estado dos Negócios da Economia e Planejamento.

A orientação seguida para a regionalização indicava a importância da identificação inicial das cidades "polos regionais" (de 1a. categoria), "polos sub-regionais" (de 2a. categoria) e "polos locais" (de 3a. categoria). Os critérios utilizados para tal classificação analisavam o tamanho da cidade manifestado por sua população urbana e o desenvolvimento de atividades econômicas urbanas (comércio e serviços, indústria etc.).

Assim foi constatada a existência de dez cidades além da Concentração Metropolitana da Grande São Paulo a saber: Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Araçatuba, Rio Preto, Marília, Bauru, Presidente Prudente e Araraquã (São Carlos). A cidade de Santos foi integrada na região de São Paulo, como uma sub-região. O Vale da Ribeira, foi considerado como região especial, devido ao estágio de "pré-estruturação" com relação ao restante do Estado (38).

Inicialmente, o Poder Público Estadual oficializou uma divisão regional que estabelecia ao todo dez regiões administra-

- (36) Pedro Pinchas Geiger. Esboço Preliminar da Divisão do Brasil nas chamadas "Regiões Homogêneas". Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. Ano 29 (2): 59-64, abr/jun, 1967.
- (37) São Paulo, Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos - Regionalização do Estado de São Paulo. São Paulo, CEPEU, 1967.
- (38) Brenno Cyrino Nogueira. Problemas de delimitação regional para o planejamento. São Paulo, FAUUSP, 1974.

tivas através do Decreto nº 48.182 (39). Eram excluídos assim, centros importantes, inegavelmente autênticos polos regionais, como Marília e o "bi-polo" Araraquara - São Carlos. Este fato gerou uma série de descontentamentos políticos que culminaram em uma nova reformulação da divisão regional adotada, através do Decreto nº 52.576 (40), dando lugar a região de Marília.

Segundo esta alteração, foram estabelecidas onze regiões, a saber: Grande São Paulo, Litoral (Santos), Vale do Paraíba (São José dos Campos), Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília (41).

Os estudos realizados para elaboração dos Decretos, visaram primeiramente, definir diretrizes para uma Política de Regionalização da Administração Estadual que possibilitasse maior racionalidade às suas atividades e decisões básicas (42).

Continuando dentro de um processo de evolução, o planejamento regional vai adquirindo maior atenção por parte do governo federal. Assim o Plano Estratégico de Desenvolvimento (43) compreendendo o período de 1968-1970, empreende alguns progressos quanto a absorção do caráter regional na elaboração das políticas governamentais.

Apesar do enfoque diferenciado, ou seja, ao invés de preocupar-se em atenuar as disparidades regionais preocupa-se com a ampliação dos mercados internos e externos, a política de atuação praticamente se identifica. Isto é, dá-se ênfase a carac

- (39) Decreto nº 48.182, de 3 de julho de 1967. Dispõe sobre normas para a regionalização das atividades da administração estadual. D. O., nº 124, 5 de julho de 1967.
- (40) Brenno Cyrino Nogueira. Planejamento regional e municipal no estado de São Paulo. São Paulo, FAUUSP, 1975.
- (41) Decreto nº 52.576, de 12 de dezembro de 1970. Dispõe sobre as regiões que deverão ser adotadas pelos órgãos da Administração Pública. D. O. nº 236, 15 de dezembro de 1970.
- (42) São Paulo (estado) Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. Diagnóstico: Grande São Paulo. 1973.
- (43) Brasil, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968-1970, Departamento de Imprensa Nacional, 1967.

terização de polos regionais como elementos importantes na elaboração das políticas regionais. Segundo Haddad (44), no âmbito regional buscava-se criar um processo de desenvolvimento auto-sustentável em cada grande região, objetivando a integração nacional. Entre outras indicações, o plano esboçava especificamente estratégias de desenvolvimento para a Amazônia e Nordeste, ora com um programa de transportes que visasse a integração Norte-Nordeste, ora pela ativação da Zona Franca de Manaus como forma de atenuar o isolamento do Estado do Amazonas em relação ao resto do país.

Além de incentivar a dinamização do núcleo industrial do Centro-Sul, indicava a necessidade de promover certo número de polos regionais para acelerar a expansão do mercado interno. Neste momento, o problema regional era encarado não como uma questão de justiça social, mas sim como entrave ao desenvolvimento do país.

Na prática esta intenção manifesta-se através de elaboração de alguns estudos.

Em 1968, um trabalho intitulado Subsídios à Regionalização (45) fez parte do programa de estudos da organização do espaço brasileiro definido pelo IBGE, com vistas aos problemas do planejamento econômico do país. Este estudo representou uma das etapas das pesquisas que foram desenvolvidas pelo IBG, vinculado ao Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) do Ministério do Planejamento e que procurou visualizar a estrutura espacial do Brasil em todos os níveis hierárquicos. A obra procurou analisar o conjunto do território nacional assinalando as diferenciações regionais quanto aos aspectos físicos, humanos e econômico-sociais. Buscava-se através deste trabalho, uma nova Divisão Regional Oficial do Brasil.

(44) P. R. Haddad. Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. op. cit.

(45) Fundação IBGE. Subsídios à Regionalização. IBGE, Rio de Janeiro, 1968.

A determinação da hierarquia das cidades, baseou-se na qualidade do equipamento funcional existente, na área de influência de cada centro e na existência de determinados bens e serviços nas cidades. Assim, obteve-se uma hierarquia das cidades brasileiras dentro de três níveis de classificação. Estas classificações dos centros urbanos brasileiros quanto ao grau hierárquico, mostraram a complexidade das funções urbanas em sua localização espacial, ao refletir as disparidades regionais bem marcadas.

A análise deste estudo permitiu uma melhor compreensão do efeito da polarização no país.

No período seguinte, 1970-1972, o elemento regional nos planos nacionais adquire uma definição mais clara, isto pode ser constatado através das intenções manifestadas no Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo (46). Este processo visava a integração nacional, cuja implementação caberia ao P.I.N. (Plano de Integração Nacional) e a outros programas regionais (Protêne, Provale e Prodoeste), que foram lançados no período de execução do Plano (1970-1972).

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) (47) dá um avanço quanto ao aspecto regional, ao conjugar as estratégias de desenvolvimento para o Norte e Nordeste, com a formação de um certo número de polos em cada região. A ênfase dada novamente a estas duas regiões deve-se aos programas regionais já implantados, o PIN e o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste).

Com relação ao Centro-Sul, objetivava-se consolidar o processo de desenvolvimento, cujos elementos importantes com referência ao aspecto regional, constitui-se na instituição das primeiras regiões metropolitanas do país (o Grande Rio e a Gran-

(46) Brasil, Presidência da República. Metas e Bases para a Ação do Governo, setembro, 1970, r/ed., set. 1970. Apud. P. R. Haddad. op. cit.

(47) Brasil, Presidência da República. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), 1972-1974, IBGE. Rio de Janeiro, 1971.

de São Paulo). No que concerne à região Centro-Oeste, menciona-se a criação da Região Geoeconômica de Brasília, como parte da Política de Integração Nacional.

A estratégia de criação de polos consubstanciados no I PND adiciona elementos novos, contribuindo para uma melhor definição da mesma: polos regionais de sentido "agrícola - industrial" (regiões Sul e Nordeste) e de caráter "agrícola-mineral" (regiões do Planalto Central e Amazônia). Estes polos complementariam o grande núcleo polarizador nacional (São Paulo - Rio - Belo Horizonte).

Parece no entanto, que a desconcentração econômica arrojada por este plano carecia de elementos concretos, já que o Centro-Sul continuaria a absorver a maior parcela do capital físico do país, e que os programas para as demais regiões deveriam ser custeados, mediante políticas de incentivos fiscais existentes.

Nesse período foram realizados outros trabalhos sobre a aplicação da teoria da polarização no planejamento regional. Um exemplo da aplicação desta teoria refere-se à análise do desenvolvimento gerado pela atividade industrial na cidade de Itabirito (Minas Gerais) em 1971 (48).

Este estudo considerou que a teoria de Perroux (49) apresenta uma generalização muito ambiciosa, apresentando "insights" qualitativos que conduzem a uma diversidade de pesquisas específicas com relação às mais relevantes questões da teoria do desenvolvimento regional.

Desta forma, acreditou-se que seria possível abordar algumas destas questões mediante um esforço de pesquisa concentrado em um número limitado de pontos, diferentemente da teoria de dominação econômica de Perroux que propõe um tratamento unificado.

(48) Paulo Roberto Haddad & Jacques Schwartzman. Teoria dos Polos de Desenvolvimento; um estudo de caso. CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1972.

(49) François Perroux. op. cit.

Esta monografia analisou o Impacto da Firma Motriz (indústria siderúrgica), que aí se localizou no fim do século XIX.

Perroux considera uma longa lista de possíveis efeitos que a firma motriz vai exercer em um espaço funcional econômico, tais como: efeitos de aglomeração, de interdependência, de junção, demográficos (migrações), efeitos nas propensões do tipo keynesiano etc. (50).

Nesta monografia, aplicou-se o conceito de firma motriz num espaço geográfico e foram considerados apenas alguns desses efeitos que foram selecionados, de acordo com o objetivo da monografia, os recursos para pesquisa e a disponibilidade de informações históricas.

Em 1972, obra com o título Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (51) surgiu como revisão atualizada e cuidadosa reelaboração técnica de outro estudo apresentado em 1967 pelo IBGE, denominado Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Regiões Polarizadas. Este novo estudo, pretendeu oferecer novos subsídios, na área geográfica, para a organização e regionalização do espaço brasileiro. Estas reavaliações de seus próprios estudos feitas pelo IBGE tem como finalidade, atualizar as pesquisas, face as dificuldades que um país de tamanho continental como o Brasil apresenta com relação ao conhecimento de seu espaço geográfico.

Neste estudo foi identificado uma hierarquia a nível nacional dos 718 centros urbanos brasileiros da época. Dentro de um sistema de dominância e subordinação, em termos de funções urbanas, tais centros foram classificados em quatro níveis: Centros Metropolitanos, Regionais, Sub-regionais e Locais. A finalidade do presente trabalho era o de fornecer subsídios para as políticas de desenvolvimento local, regional e nacional.

(50) Idem, *Ibidem*.

(51) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. Rio de Janeiro, 1972.

Com relação ao Estado de São Paulo, realizou-se uma obra sob o título de "Padrões Funcionais e Espaciais da Rede Urbana do Estado de São Paulo", pela Secretaria de Economia e Planejamento em 1975 (52).

O objetivo do presente estudo era o de descrever os padrões de polarização do Estado de São Paulo, num dado momento no tempo. Este trabalho procurou conhecer a interdependência espacial do sistema de cidades do Estado, manifestada em diferentes níveis de interação, definindo unidades territoriais, organicamente ligadas - regiões, sub-regiões, zonas -, bem como os centros urbanos em torno dos quais se organizavam essas unidades.

A regionalização do Estado que se obteve não se constituiu numa finalidade em si. Este foi um estudo básico de descrição dos padrões de polarização existentes, que deveriam servir de subsídios para outros trabalhos.

A definição de uma estratégia regional global deveria daí se originar, visando fundamentar e orientar os programas de alocação de recursos do setor público.

Num momento seguinte, o II PND (53) incorpora definitivamente os programas de integração nacional do Centro Oeste (Prodoeste) e do Vale do São Francisco (Provale).

Neste plano, alguns critérios chegam a ser estabelecidos visando a obtenção das metas estabelecidas, como a realização de blocos integrados de investimentos em polos, distritos agro-industriais etc., permitindo que o Governo e o setor privado concentrem suas ações para tirar vantagens de economias de escala, economias externas e de aglomeração (54).

(52) São Paulo (estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. Padrões Funcionais da Rede Urbana do Estado de São Paulo. São Paulo, 1975.

(53) Brasil. Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979); Síntese, IBGE. Rio de Janeiro, 1974.

(54) Paulo Roberto Haddad. Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. op. cit.

Com relação ao Centro-Sul, o plano visava a desconcentração da atividade industrial, no sentido de evitar a concentração contínua em uma única área metropolitana. Com relação a este fator o plano pretendeu estimular um maior equilíbrio ao triângulo formado pelas metrópoles de São Paulo - Rio - Belo Horizonte e aos polos industriais do sul.

Pode-se dizer que, de um modo geral, o II PND possuía uma perspectiva mais ampla de dimensão espacial do desenvolvimento, ao considerar o Centro-Sul mais desenvolvido como um elemento importante dentro da problemática de desenvolvimento regional (55)

Já em 1979 surgem pesquisas voltadas para o papel das cidades médias como principal instrumento de uma política de criação de polos de crescimento e de ocupação territorial. A intensificação do crescimento destas cidades aparece como um instrumento para uma melhor estruturação do sistema urbano no Brasil, bem como oferece uma alternativa à crescente concentração de atividades e pessoas nas metrópoles.

O IPEA realizou um estudo sobre estes centros urbanos, acreditando que além de congregarem uma parcela significativa da população e das atividades produtivas do país, podem agir como elementos de ação para uma política nacional de desenvolvimento urbano, por se constituírem em focos potenciais alternativos de crescimento econômico (56).

No terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento - III PND- (57), a "política regional e urbana" estabelecida para o perío

(55) Idem, *Ibidem*.

(56) Thompson A. Andrade & Celsius A. Lodder. Sistema Urbano e Cidades Médias no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.

(57) Brasil, República Federativa do. III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND). Brasília, SECOM, 1980.

do de 1980 a 1985, utiliza-se da estratégia dos polos de desenvolvimento ainda não explícito no texto, quando se analisa o diagnóstico dos fortes desequilíbrios regionais e intra-regionais existentes, a caracterização de instrumentos de ação regional e urbana, a esquematização de diretrizes básicas de desenvolvimento urbano e regional e a discriminação de estratégias específicas para as grandes regiões do país (58).

(58) José Luis Caruso Ronca. A integração entre o urbano e o rural no Brasil: fator de desenvolvimento nacional. São Paulo (Tese de doutoramento - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP), 1981.

3. CONCLUSÃO

Do exposto anteriormente, pode-se observar que o problema regional adquire importância gradativa a partir do Plano Trienal. Evoluindo de uma simples preocupação e reconhecimento da necessidade de se atenuarem os desníveis regionais contidos no Plano Trienal e no PAEG, o elemento regional passa a ser de grande valor para a ampliação do Mercado Interno através da expansão da fronteira econômica indicada no PED. No II PND, as áreas mais desenvolvidas do Centro-Sul passam a ser consideradas como elementos fundamentais de estudos, na tentativa de solucionar os desequilíbrios regionais.

Porém o caráter regional não deveria aparecer no que se refere aos objetivos das políticas de desenvolvimento regional, apenas com relação à necessidade de aumento da renda per capita das regiões menos desenvolvidas. As mais desenvolvidas também apresentam sérios problemas, decorrentes da grande concentração da atividade industrial (59).

Outro aspecto a salientar é que no caso específico do II PND, a estratégia de ocupação do espaço sócio-econômico brasileiro deveria realizar-se pela expansão da fronteira econômica e pela elaboração de uma política de implantação de polos de desenvolvimento.

Porém estas políticas de desenvolvimento regional no Brasil além de apresentarem-se apenas delineadas, carecem de compatibilização entre os objetivos regional, estadual e nacional.

Do ponto de vista prático, com relação à teoria da polarização, a incidência maior dos estudos existentes recai sobre o conceito de "centros de crescimento ou desenvolvimento" e sua hierarquização para futuras políticas a serem executadas. Ou

(59) Paulo Roberto Haddad. Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. op. cit.

seja, os centros urbanos aparecem como os principais agentes para o fomento do desenvolvimento regional. Porém, a maioria dos estudos realizados constituem-se apenas em diagnósticos onde certos efeitos polarizados são identificados. Não existe nenhuma tentativa de analisar os efeitos ocorridos em determinadas regiões num período de tempo, de forma a melhor compreendê-los e utilizá-los.

A teoria da polarização tem sido encarada como instrumento descritivo da realidade ao invés de atuar como dinamizador do desenvolvimento regional.

Devem ser elaboradas propostas de intensificação de funções e de alterações no papel de cada centro com relação a estrutura urbana regional que se deseja, com a finalidade de eliminar suas deficiências e supri-las das atividades necessárias a um melhor desempenho no desenvolvimento do país.

4. BIBLIOGRAFIA

1. ANDRADE, M. Correia. Espaço, Polarização e Desenvolvimento; A teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina. Recife, Brasiliense, 1970.
2. ANDRADE, Thompson A. & LODDER, Celsuis A. . Sistema Urbano e Cidades Médias no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.
3. BRASIL, Presidência da República. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965; Síntese, Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1962.
4. BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Programa de Ação do Governo, 1964-1966. (Síntese), Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Documentos EPEA nº 1. Rio de Janeiro, 1964.
5. BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968-1970, Departamento de Imprensa Nacional, 1967.
6. BRASIL, Presidência da República. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), 1972-1974, IBGE. Rio de Janeiro, 1971.
7. BRASIL, Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975-1979, Síntese, IBGE. Rio de Janeiro, 1974.

8. CZAMY, Paul. Alguns Aspectos da Economia do Estado de Santa Catarina e Seleção dos Seus Polos de Desenvolvimento, CIBPU. São Paulo, 1964.
9. DECRETO Nº 48182, de 3 de julho de 1967. Dispõe sobre normas para a regionalização das atividades da administração estadual. C. O. nº 124, 5 de julho de 1967.
10. DECRETO Nº 52576, de 12 de dezembro de 1970. Dispõe sobre as regiões que deverão ser adotadas pelos órgãos da Administração Pública. D. O. nº 236, 15 de dezembro de 1970.
11. ESTUDOS básicos para definição de polos de desenvolvimento no Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. Ano 29 (1): 82-101, jan/mar, 1967.
12. FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Subsídios à Regionalização. IBGE. Rio de Janeiro, 1968.
13. FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. Rio de Janeiro, 1972.
14. GEIGER, Pedro P. . Esboço Preliminar da Divisão do Brasil nas Chamadas Regiões Homogêneas. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, Ano 29 (2): 59-64, abr/jun, 1967.

15. HADDAD, P. R. . Planejamento Regional: métodos e aplicação ao Caso Brasileiro. Rio de Janeiro, IPEA/INPES , 1974.
16. HADDAD, P. R. & CINTRA, A. O. . Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
17. HADDAD, P. R. & SCHWARTZMAN, Jacques. Teoria dos Polos de Desenvolvimento; um estudo de caso. CEDEPLAR. Belo Horizonte, 1972.
18. IKEDA, Akihiro. Alguns Aspectos da Economia do Estado do Rio Grande do Sul e Seleção dos seus Polos de Desenvolvimento, págs. 169-170, CIBPU. São Paulo, 1964.
19. LESSA, Carlos. Quinze Anos de Política Econômica. São Paulo, Brasiliense, 1981.
20. MORTADA, Nelson. Alguns Aspectos da Economia do Estado de Mato Grosso e Seleção dos Polos de Desenvolvimento, CIBPU. São Paulo, 1964.
21. MOSELEY, J. Malcolm. Centros de Crecimiento en la Planificacion Espacial. Trad. de Pablo Perez Jimenez. Madrid, Instituto de Estudios de Administracion Local, 1977.
22. NOGUEIRA, Brenno C. . Problemas de delimitação regional para o planejamento. São Paulo, FAUUSP, 1974.

23. NOGUEIRA, Brenno C. . Planejamento Regional e Municipal no Estado de São Paulo. São Paulo, FAUUSP, 1975.
24. PERROUX, F. . L'Économie du XX ème Siècle. Paris, Presses Universitaires de France, 1964.
25. PEZZONI, Hinton Liviero. Alguns Aspectos da Economia do Estado de Minas Gerais e Seleção dos Polos de Desenvolvimento, CIBPU. São Paulo, 1964.
26. RONCA, J. L. Caruso. A integração entre o urbano e o rural no Brasil: fator de desenvolvimento nacional. São Paulo (tese doutorado Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP), 1981.
27. SÃO PAULO (estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. Diagnóstico: Grande São Paulo, 1973.
28. SÃO PAULO (estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. Padrões Funcionais da Rede Urbana do Estado de São Paulo. São Paulo, 1975.
29. VIACAVA, Carlos. Alguns Aspectos da Economia do Estado de Goiás e Seleção dos Polos de Desenvolvimento, CIBPU. São Paulo, 1964.
30. YOKOTA, Paulo. Alguns Aspectos da Economia do Estado do Paraná e Seleção dos Seus Polos de Desenvolvimento, CIBPU. São Paulo, 1964.